

Editorial

É com satisfação que trazemos a público mais um número dos *Cadernos da Escola do Legislativo* com temas pertinentes à agenda do Poder Legislativo. Este periódico cumpre, uma vez mais, o propósito de estabelecer uma ponte entre a reflexão metódica e rigorosa dos trabalhos de natureza acadêmica com a prática política, que acontece, em especial, nas casas legislativas. A crescente complexidade da dinâmica social em uma sociedade que se pretende democrática requer esse diálogo público entre o conhecimento científico e as instâncias de decisão.

É especialmente gratificante quando este periódico torna pública a reflexão sistemática daqueles que estão na lida diária da administração pública. Quando servidores públicos se dispõem a produzir trabalhos acadêmicos sobre os programas pelos quais são responsáveis, ocorre a transformação do conhecimento tácito desses profissionais em conhecimento explícito, facilitando a continuidade, a reprodução e a crítica desses programas. É o que acontece com o artigo que abre este número, que versa sobre o *impacto da política do ICMS Esportivo sobre a gestão esportiva municipal de Minas Gerais*. O texto é de autoria de Aline Galantinni Silva, Antônio Eduardo Viana Miranda e Lucas Moura Pereira, servidores da Diretoria de Pesquisa, Controle e Qualificação da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, e de Elisa

Maria Pinto Rocha, pesquisadora da Fundação João Pinheiro. Em situações como essa, o leitor pode examinar o trabalho com certa desconfiança, uma vez que os autores estão envolvidos profissionalmente com a política pública que examinam no texto. Um grau de desconfiança é inerente ao diálogo acadêmico e uma boa forma de o pesquisador lidar com ela é explicitar e justificar os recursos metodológicos. Nesse quesito, o texto é cuidadoso, porque a metodologia é apresentada de forma detalhada, sem excessos. Certamente que a presença de uma pesquisadora externa atenua os riscos de uma abordagem distorcida em virtude do vínculo profissional dos demais autores. Não obstante, independentemente da participação dessa pesquisadora, é uma atitude salutar para o aperfeiçoamento da política pública em questão a disposição desses servidores de submeter a público a análise da política do ICMS Esportivo, porque estão externando um conhecimento que, em alguma medida, emerge do diálogo da prática com a bibliografia especializada e os dados coletados. Pudera todas as ações do Estado, nos três Poderes, no Ministério Público e no Tribunal de Contas, fossem objetos de iniciativa semelhante.

O segundo texto, de autoria de Humberto Dantas e Luciana Yeung, é especialmente caro ao Poder Legislativo, porque apresenta uma *sugestão de indicadores de desempenho para parlamentos*. Os limites acadêmicos do trabalho e de conhecimento dos autores são evidentes: o texto não apresenta um diálogo explícito com a literatura especializada que lida com o tema e não expõe a metodologia que apresenta por meio de sua aplicação no exame do desempenho de um ou mais casos concretos. Não obstante, como já foi dito, dada a evidente conexão do tema do trabalho com as atividades legislativas, optou-se pela publicação do texto, pois entendemos que é uma contribuição efetiva não apenas para o debate sobre as formas de avaliação das casas legislativas, mas sobretudo para o esforço de determinadas instituições acadêmicas e da sociedade civil de avaliar as casas legislativas estaduais e municipais.

Os autores registram quatro funções do Poder Legislativo. A função promotora está associada à atividade legislativa, envolvendo tanto a iniciativa de projetos de lei quanto a apresentação de emendas e atividades nas comissões temáticas. Assim, engloba matérias que, embora não se possa afirmar que haja um grande debate em torno delas, tampouco pode-se dizer que haja consenso. A função cooperadora “é compreendida sob a ótica da aprovação de temas de interesse do Poder Executivo”, nas palavras dos autores. A função fiscalizadora é consenso entre todos os autores que enumeram funções do Poder Legislativo. Já a função transparente refere-se ao vínculo da casa legislativa com a sociedade. As funções indicadas, por si só, já geram uma boa discussão, e somente podem ser contestadas após a leitura do texto.

O terceiro artigo reveste-se de especial importância para as escolas de governo, principalmente para as escolas do Legislativo. Guilherme Quaresma Gonçalves e Gabriel Ávila Casalecchi, pesquisadores da pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, investigaram *o impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros*. O Parlamento Jovem é um programa de educação para a cidadania que a ALMG desenvolve em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e, desde 2010, com câmaras municipais do interior, proporcionando aos jovens uma experiência de discussão sobre determinado tema, com o propósito de apontar sugestões para os órgãos e entidades públicas. Vale a pena conferir os resultados dessa pesquisa no artigo em tela, para o qual os autores adotaram uma metodologia acurada.

A Avaliação de políticas públicas no Brasil é o quarto texto desta edição, trabalho da mestrandia Lara Lima Vianna e do professor Ernesto Friedrich Amaral. A importância do tema para o Poder Legislativo parece evidente: técnicos e agentes políticos das instituições legislativas precisam dominar os conceitos básicos, os avanços e os desafios da avaliação das políticas públicas, porque compete ao Parlamento

o acompanhamento e o monitoramento dos planos e programas de governo. Após apresentar conceitos-chave sobre políticas públicas e suas avaliações, os autores focalizam a análise no Brasil, em especial nas implicações sobre as políticas públicas da organização federativa do Estado brasileiro. Em seguida, os autores indicam alguns avanços práticos em avaliação de políticas públicas, tanto por iniciativa governamental quanto da sociedade civil.

O quinto texto é de autoria de Philipe Marques Carvalho Maciel, consultor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na área de Desenvolvimento Econômico, e aborda o tema dos *municípios mineiros e a necessidade de diversificação produtiva*. Os comentários deste editorial sobre o primeiro artigo, no que se refere ao esforço de servidores público em sistematizar suas reflexões acerca de seus objetos de trabalho, socializando-as e as submetendo a crítica pública, também se aplicam ao texto em exame. O tema é de fundamental importância para muitos municípios de Minas Gerais, cujas bases econômicas estão restritas à atividade mineradora. Ora, o futuro desses municípios depende da capacidade de diversificação de suas economias. O constituinte mineiro já tinha essa preocupação, fazendo constar da Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 253, a necessidade de uma assistência especial do Estado aos municípios mineradores. O referido dispositivo constitucional não foi regulamentado, fazendo desse um tema aberto ao debate e objeto de reivindicação das comunidades desses municípios. Certamente, o texto em questão representa uma efetiva contribuição a esse debate.

O último texto desta edição, de Grazielle Mendes Soares, retorna ao tema da *Cidadania online*, destacando o *papel das novas tecnologias de informação e comunicação na ampliação do acesso à participação popular no Legislativo Mineiro*. Este periódico há muito é palco de discussões sobre os desafios colocados pelo desenvolvimento das novas tecnologias, em especial da internet. Com efeito, na edição

nº 9, de 1999, foi publicada a tradução do texto *Quem tem medo de uma sociedade online?*, de Jonathan Friday. Desde então, diversos números dos *Cadernos* trouxeram textos sobre o tema em questão. A autora do texto deste número volta sua atenção para o esforço da Assembleia de Minas Gerais de incorporar a participação popular por meio das novas tecnologias. O trabalho apresenta um diferencial metodológico em relação a estudos similares, na medida em que entrevista servidores e agentes políticos envolvidos na formulação e na implementação de recursos de participação popular baseados na tecnologia da informação e da comunicação.

Na certeza de estar contribuindo para a reflexão sistemática e para o debate público de temas relevantes para o Estado e para a sociedade, desejamos boa leitura aos interessados.

Guilherme Wagner Ribeiro
Editor